



# **CUIDANDO DE NÓS E DO NOSSO TERRITÓRIO**

**Manual de proteção para  
quilombolas defensoras e  
defensores de direitos humanos**



Funded by  
European Union  
Humanitarian Aid





## **Expediente**

No âmbito do projeto regional “Preparados: População da Bacia Amazônica pronta para responder a desastres naturais e causados pelo homem” (AM/BUD/2021/91028), financiado pela agência humanitária da União Europeia e em parceria com a Oxfam, a CONAQ desenvolveu o projeto “Enfrentando o racismo, a violência e os desastres ambientais contra as populações quilombolas da Amazônia Brasileira”. O Projeto teve como objetivo principal criar ferramentas e mecanismos de proteção e segurança para as lideranças e comunidades quilombolas, a partir da experiência das comunidades quilombolas do Maranhão. Essa publicação transforma a rica experiência de discussão de proteção e segurança com as lideranças do Maranhão em uma ferramenta à disposição das populações quilombolas no Brasil. São muitos os riscos que a luta quilombola pelo território coloca para as lideranças. Esse manual traz conceitos básicos de proteção e segurança e procura organizar os conhecimentos que já existem nos quilombos e usá-los para apoiar as lideranças quilombolas a continuarem seu trabalho com segurança.

## **Título**

Cuidando de nós e do nosso território: Manual de proteção para quilombolas defensoras e defensores de direitos humanos

## **Coordenação**

Celia Cristina da Silva Pinto, Élide Lauris e Selma Dealdina

## **Autoras**

Celia Cristina da Silva Pinto, Élide Lauris e Selma Dealdina

## **Equipe**

**Equipe do projeto:** Célia Silva Pinto, Jhonny Martins de Jesus, Maryellen Crisóstomo de Almeida, Selma Dealdina e Mayara Pinto Abreu

**Coordenação-executiva da Conaq:** Ana Maria Cruz, Antônio João Mendes, Celia Cristina da Silva, Celso Araújo, Denildo Rodrigues, José Alex Borges, José Carlos Galiza, Justino Campos, Maria Aparecida Sousa, Maria Rosalina dos Santos, Sandra Braga, Sandra Maria da Silva Andrade e Valmir dos Santos

## **Colaboração**

Ana Cristina Monteiro Cunha, Arielma Ramos Nascimento, Celso Isidoro Araújo Pacheco, Conceição de Maria Louzeiro Silva, Dheyglison Garcia Pedrosa, Eliane Frazão Rosa Araújo, Fernando Ribeiro Santos Junior, Geisa Maria Silva dos Anjos, Hamilton de Jesus Gonçalves Ferreira, Jacimilde Silva Almeida, Jeian Abreu, Jeice de Jesus Piedade, João Batista Sousa Pereira, Jocélia Maria da Silva Pinto, Jocenilse de Jesus, Josanira Rosa Santos da Luz, José do Livramento Rodrigues, José Maria Mafra Pinheiro, José Orlando da Conceição da Silva, Larissa Cristina dos Anjos Oliveira, Ladeilde Silva Santos, Leni das Graças Castro Moreira, Leudiane Melo Cardoso, Maria Antonia Teixeira Dias, Maria da Anunciação Araújo dos Santos, Maria de Jesus Rodrigues, Maria de Nazaré Marques de Oliveira, Maria do Rosário Soares Costa Ferreira, Maria Helena Ribeiro Santos, Maria do Socorro Nascimento Barbosa, Maria Santa Silveira, Matias da Silva Rodrigues, Raimaria Costa Cunha, Rosinete Viana Mafra, Sandra Fernandes Mafra, Sebastiana Maria Pinto Brito, Valdirene Ferreira Mendonça, Wdson de Sousa Santos e Yrones dos Anjos Lima

## **Fotografia créditos**

Mayara Pinto Abreu

## **Projeto gráfico e diagramação**

Élida Lauris e Adriana Britto

## **Formato**

Impresso e Digital

## **Data da publicação**

Brasília, setembro de 2022

*As opiniões e pontos de vista expressos nesta publicação são exclusivamente do/a (s) autor/a (es/as) e não refletem necessariamente a opinião da União Europeia.*

**Realização:**



**Financiamento:**



Funded by  
European Union  
Humanitarian Aid



# APRESENTAÇÃO

Através deste manual, a Conaq pretende disponibilizar conceitos e dicas práticas que ajudem as lideranças quilombolas a organizar seus conhecimentos de proteção individual e coletiva, lidar com ameaças e continuar seu trabalho de defensoras e defensores dos direitos humanos.

Nossa luta contra o racismo e pela defesa dos nossos territórios muitas vezes impede que coloquemos em primeiro lugar a nossa própria segurança. Acreditamos que alguns passos simples podem ajudar nossas lideranças a trabalhar com mais consciência sobre os riscos que correm e fortalecer nossas estratégias de proteção coletiva.

O atual momento que estamos vivendo é cada vez mais perigoso para defensoras e defensores da terra e do meio ambiente. Sabendo dessa realidade e da importância de construir ferramentas que fiquem à disposição da luta do movimento quilombola, foram organizadas três oficinas práticas para discutir, a partir do cotidiano das lideranças, questões relativas aos riscos que sofrem e as medidas de proteção que têm adotado e podem adotar. Essas oficinas ocorreram nos meses março, junho e setembro de 2022 no estado do Maranhão. Esse manual é resultado dessas oficinas e foi construído coletivamente com defensoras e defensores que estão na linha de frente da defesa dos territórios.

Defensoras e defensores de direitos humanos quilombolas são importantes agentes de mudança no Brasil e têm contribuído significativamente para reformular um futuro para o nosso país. Um futuro que tenha como base o fim do racismo, uma relação justa e igualitária com a natureza, o bem viver e o respeito à ancestralidade. Esperamos com esse manual contribuir para esse processo de mudança.

*Célia Cristina Silva Pinto e Selma Dealdina*  
Conaq

**F**ruto da articulação da Conaq com as lideranças e organizações quilombolas do Maranhão, o manual ***Cuidando de nós e do nosso Território: Manual de proteção para quilombolas defensoras e defensores de direitos humanos*** é um instrumento de suma importância para orientar as comunidades na construção de estratégias de proteção coletiva.

Presentes em todos os biomas brasileiros, as comunidades quilombolas tem uma imensa riqueza sociocultural e um papel fundamental na conservação, preservação e manejo dos recursos naturais em seus territórios. Os direitos dessas comunidades são constantemente ameaçados pelas práticas de desmatamento ilegal, incêndios florestais, bem como a ação de madeireiros, grileiros, garimpeiros, mineradoras e o avanço do agronegócio, dos grandes empreendimentos e obras de infraestrutura.

As comunidades quilombolas em todo Brasil lutam e resistem ao racismo estrutural e ambiental que enfrentam cotidianamente. Na luta pela garantia de seus direitos e pela defesa de seus territórios, tem suas vidas ameaçadas, sofrem violências físicas e psicológicas e muitas lideranças foram assassinadas. Esse manual será fundamental por trazer orientações básicas de medidas de proteção e os principais passos para a elaboração de protocolos de segurança.

Conforme previsto na Constituição de 1988, é essencial que as comunidades quilombolas tenham seus direitos fundamentais e o reconhecimento de seus territórios garantidos pelo Estado brasileiro. Defensoras e defensores quilombolas de direitos humanos têm direito a uma vida sem violências.

A Oxfam Brasil acredita no protagonismo e na força da Conaq e das comunidades quilombolas para a transformação do Brasil em um país com menos desigualdades e uma sociedade mais justa. Para tanto, estamos juntos na luta contra o racismo e na defesa dos territórios quilombolas.

*Kátia Maia*  
Oxfam Brasil

# AGRADECIMENTOS

Na condução do projeto e das oficinas, contamos com o apoio de várias organizações, parceiras da Conaq, sem as quais não teria sido possível produzir as reflexões que alimentam esse manual.

Agradecemos o apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), da Comissão de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Cururupu, da Escola de Ativismo, do Grupo de Conscientização Negra OMNIRÁ, do Instituto Socioambiental (ISA), do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cururupu e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).

Maria de Fátima Sousa Veira, Filipe Farias Correia e Josanira Rosa Santos da Luz, da equipe do Centro de Cultura Negra do Maranhão; Milene Maia Oberlaender, da equipe do ISA; Felipe Laurêncio de Freitas Alves e Rosiana Pereira Queiroz, da equipe da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos; e Isis Tatiane da Silva dos Santos, da equipe da Escola de Ativismo, foram pessoas chave na organização e condução das oficinas. Agradecemos sua disponibilidade e a generosidade na partilha de conhecimentos e construção coletiva.



# QUEM NOS INSPIRA

Agradecemos a todas as lideranças quilombolas do estado do Maranhão que compartilharam suas experiências e conhecimentos nas oficinas de segurança e proteção.



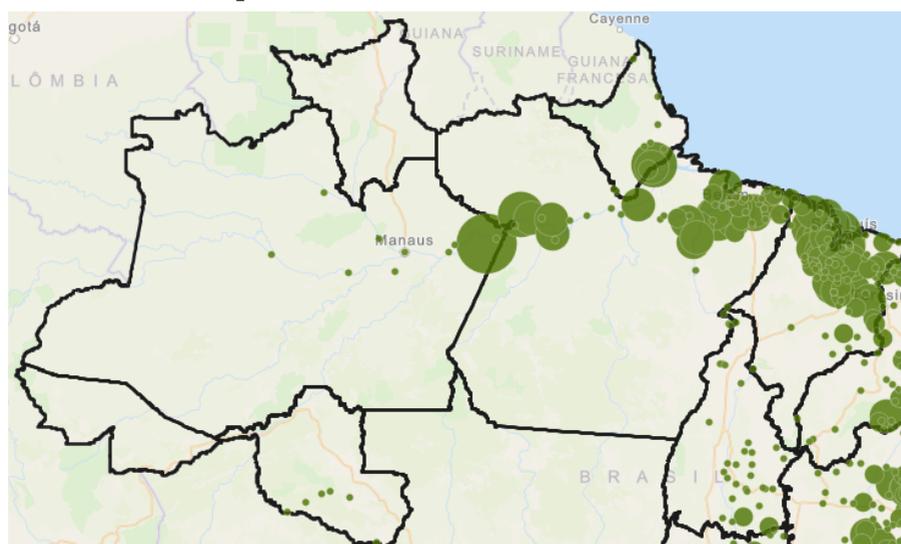


# UM POUCO DE CONTEXTO

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para a existência de pelo menos 5972 localidades quilombolas em 1674 municípios brasileiros. Cerca de 14% dessas localidades estão no estado do Maranhão.

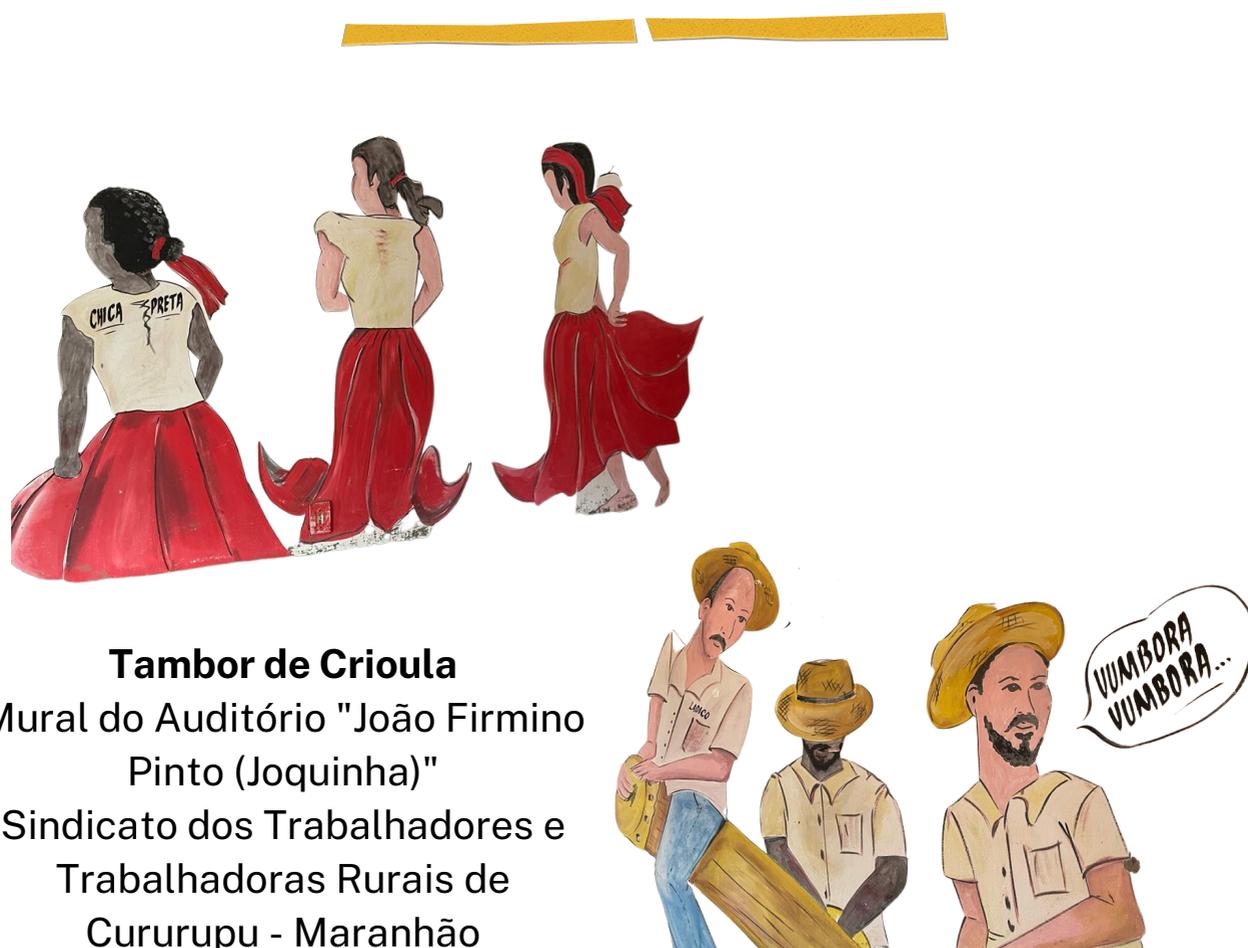
O Maranhão é um dos estados brasileiros com maior presença de comunidades quilombolas. O IBGE aponta a presença de 866 localidades quilombolas em pelo menos 108 municípios maranhenses. O Maranhão é ainda o estado com o maior número de comunidades quilombolas certificadas no país, de acordo com dados de agosto de 2022 da Fundação Cultural Palmares. São 849 comunidades certificadas no estado.

## Localidades quilombolas em 2019 - Amazônia Legal



**Fonte: IBGE**

Esses dados apontam para a importância do estado do Maranhão no contexto geral das lutas quilombolas em defesa dos territórios. Fazem também desse estado um laboratório das experiências de violência e violações de direitos humanos enfrentadas pelo povo quilombola. Já em 2018, a Conaq chamava atenção para o fato de o Maranhão ser um dos estados mais violentos para as comunidades quilombolas, na publicação *Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil*, lançada em parceria com a Terra de Direitos. De lá pra cá, a violência tem se intensificado. O trabalho sistemático de discussão e aprendizagem com as lideranças desse estado para criar esse manual procura trazer a experiência de luta e sobrevivência das comunidades quilombolas maranhenses como um exemplo das estratégias de resistência que têm sido desenvolvidas por quilombolas em todo o país.



**Tambor de Crioula**  
Mural do Auditório "João Firmino  
Pinto (Joquinha)"  
Sindicato dos Trabalhadores e  
Trabalhadoras Rurais de  
Cururupu - Maranhão

# SUMÁRIO

**01**

**QUEM SÃO AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS?**

**04**

**SE O ESTADO É UM VIOLADOR DE DIREITOS QUILOMBOLAS, QUEM NOS PROTEGE?**

**07**

**O QUE PRECISAMOS DISCUTIR SOBRE SEGURANÇA E PROTEÇÃO?**

**12**

**QUAIS AS ESTRATÉGIAS MAIS BÁSICAS DE SEGURANÇA?**

**15**

**COMO ANALISAR O CONTEXTO E AS RELAÇÕES DE FORÇA QUE INTERFEREM NA NOSSA LUTA?**

**22**

**MAPEANDO OS RISCOS**

**34**

**ANALISANDO AS AMEAÇAS**

**38**

**REGISTRANDO OS INCIDENTES DE SEGURANÇA**

**41**

**ELABORANDO PROTOCOLOS DE PROTEÇÃO**

**42**

**ALGUMAS DICAS BÁSICAS DE SEGURANÇA**



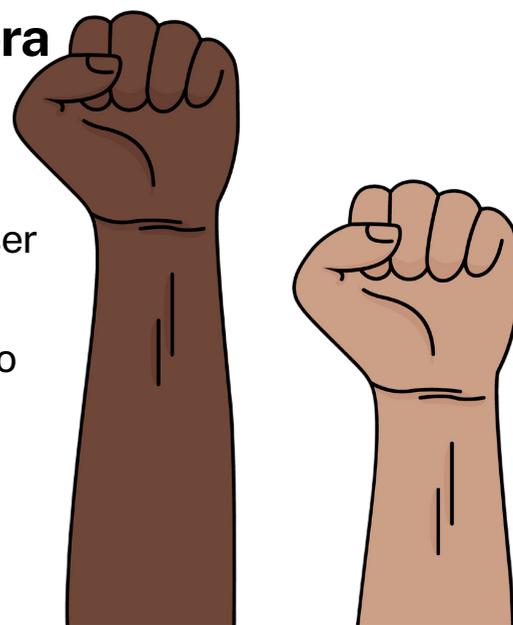
# QUEM SÃO AS PESSOAS DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS?

Defensoras e defensores de direitos humanos são aquelas pessoas que acreditam em direitos e agem para defender o território, a comunidade e as pessoas. É grande o número de pessoas no mundo que acreditam que os direitos humanos são importantes e precisam ser protegidos e defendidos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem uma declaração sobre pessoas defensoras de direitos humanos. A declaração da ONU diz que todas as pessoas têm o direito de lutar para alcançar direitos e liberdades. Essa luta pode ser de uma só pessoa, da comunidade, de grupos ou coletivos.

## Quem pode ser defensor ou defensora de direitos humanos?

- Qualquer pessoa que luta por direitos, pode ser uma pessoa que luta sozinha ou que está organizada em um grupo, coletivo, movimento social ou comunidade;
- Pessoas de qualquer idade;
- Pessoas que trabalham em qualquer tipo de atividade;
- Homens, mulheres, pessoas cis ou trans, mulheres lésbicas, homens gays, ou seja, pessoas de qualquer gênero ou identidade sexual;
- Pessoas militantes da luta por direitos;
- Pessoas que trabalham só com direitos humanos;



- Pessoas que defendem diferentes tipos de direitos (direitos do território, direitos das mulheres, direitos das crianças, direitos da natureza, direitos de trabalhadoras e trabalhadores, entre outros); e
- Pessoas que trabalham em qualquer tipo de espaço ou de ambiente.

## Quais os direitos das pessoas que defendem direitos humanos?

- Participar das discussões sobre os problemas com os direitos no seu país, chamar a atenção de governantes e autoridades, propor e exigir as mudanças e alternativas necessárias;
- Recorrer a autoridades da justiça e outras autoridades para apresentar casos em que direitos foram violados e desrespeitados e solicitar proteção e reparação;
- Apresentar denúncias, dentro e fora do país, sobre políticas e atitudes de funcionários, agentes privados, empresas ou órgãos públicos que estejam violando ou desrespeitando direitos;
- Comparecer a audiências e julgamentos públicos;
- Oferecer e prestar assistência e/ou aconselhamento para a defesa de direitos e liberdades;
- Participar de atividades pacíficas para promover direitos ou protestar contra violência e violações; e
- Serem protegidas e protegidos de qualquer forma de violência, ameaças, retaliação, discriminação, coação ou ação arbitrária que sofrerem pelo fato de lutarem por direitos.





## **IMPORTANTE**



O trabalho de defensoras e defensores de direitos humanos é fundamental. Em muitos lugares, só a voz das pessoas que defendem direitos humanos se levanta contra abusos, violências e violações.

Nosso povo quilombola tem historicamente defendido direitos humanos.

Nossa defesa de direitos humanos é coletiva tem na base a defesa do território e do bem viver nas nossas comunidades.

O quilombo sempre foi um lugar de defesa do bem viver coletivo e de proteção do território.

O território quilombola é um lugar de resistência, no qual nos levantamos para lutar por direitos mais básicos começando pelo reconhecimento do nosso território e o direito a termos uma vida digna, sem racismo, discriminação e com acesso a políticas públicas.

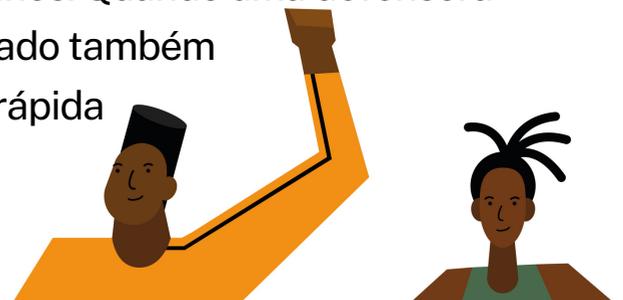
# SE O ESTADO É UM VIOLADOR DE DIREITOS QUILOMBOLAS, QUEM NOS PROTEGE?

O Estado brasileiro não reconhece e nem assegura os direitos do povo quilombola. Por isso, ele é um dos maiores violadores dos nossos direitos. Como o Estado demora e não reconhece o nosso direito ao território ficamos vulneráveis, expostos e expostos à invasão, aos conflitos e às violências. A nossa luta quilombola é ainda maior porque lutamos duas vezes: para o Estado cumprir suas obrigações e garantir nossos direitos e os direitos do nosso território; e para o Estado proteger nossas comunidades e nossas lideranças contra a violência. Quilombolas são defensoras e defensores de direitos humanos. Isso quer dizer que:

**a) O Estado brasileiro tem obrigação de garantir os direitos dos povos quilombolas,**

**b) O Estado brasileiro tem obrigação de proteger a luta dos povos quilombolas por seus territórios, nos protegendo contra violências, ameaças, represálias, discriminações e outros atos violentos que comprometam a nossa luta para exigir nossos direitos.**

A Convenção da ONU sobre pessoas defensoras de direitos humanos afirma que o Estado tem obrigação de adotar todas as medidas adequadas para garantir que as autoridades competentes protejam as defensoras e defensores de direitos humanos. Quando uma defensora ou um defensor sofre uma violência, o Estado também tem o dever de realizar uma investigação rápida e imparcial para resolver o caso e tomar medidas de proteção.



**O Estado tem que proteger quilombolas que defendem direitos humanos**

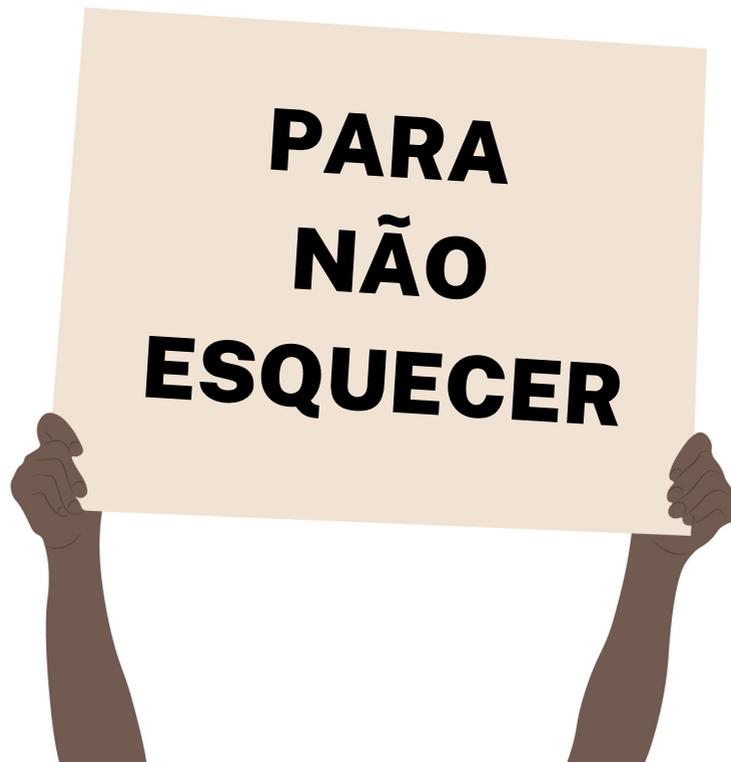


## IMPORTANTE



Quando dizemos que defendemos nosso direito à terra, não estamos falando só da titulação do território. Defendemos um conjunto de direitos humanos (saúde, educação, trabalho, alimentação, direitos das mulheres, das crianças, das pessoas idosas, etc.) que, para serem garantidos de verdade a quilombolas, dependem também do território.

No Caso *Kawas Fernández Vs. Honduras*, a Corte Interamericana afirmou que o Estado tem o dever de garantir os meios necessários para que pessoas defensoras de direitos humanos exerçam livremente suas atividades; protegê-las quando sofrem ameaças para evitar que sua vida e sua integridade sejam atacadas. O Estado também não pode criar ou permitir que se criem obstáculos que dificultem que pessoas defensoras de direitos humanos realizem seu trabalho. Deve também investigar com seriedade e de forma efetiva as violações sofridas por defensoras e defensores.



**Qualquer pessoa pode ser defensora de direitos humanos**



**Quilombolas são defensoras e defensores de direitos humanos e fazem parte de uma luta histórica pelo bem-estar coletivo e do território**



**O Estado, que é um dos principais violadores dos direitos do povo quilombola, não pode fugir da obrigação de proteger as comunidades e suas lideranças da violência e combater as violações de direitos cometidas nos quilombos**

# O QUE PRECISAMOS DISCUTIR SOBRE SEGURANÇA E PROTEÇÃO?



**RISCOS**

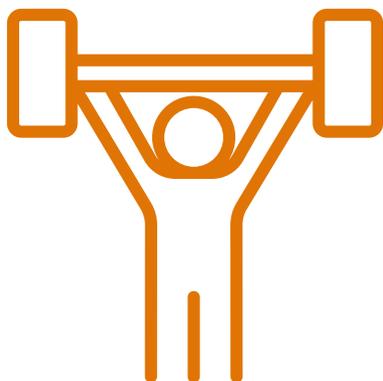


**AMEAÇAS**

Quando agimos para defender direitos humanos podemos enfrentar **riscos**.

Nos conflitos que enfrentamos nos territórios, quando estamos em risco é porque recebemos algum tipo de **ameaça**, isto é, existe a possibilidade de alguém atacar nossa vida ou nos causar algum dano, sofrimento, nos machucar ou nos prejudicar para conseguir algo. As ameaças podem ser dirigidas às lideranças, às nossas famílias, à comunidade, à nossa associação, aos nossos grupos ou coletivos. Para enfrentar esse tipo de riscos, começamos a pensar no que devemos fazer para seguir trabalhando, nos sentindo seguros e seguros.

Começamos a montar e fortalecer **uma estratégia de segurança**. A segurança é a nossa capacidade de nos organizarmos diante de situações perigosas e de risco que conhecemos.



## CAPACIDADES



## VULNERABILIDADES

Para pensar nossa estratégia de segurança, temos que pensar quais são nossas **vulnerabilidades**. Quais os nossos pontos fracos diante das ameaças que sofremos? Quais as nossas maiores fragilidades e também dos nossos grupos, dos nossos coletivos e das nossas comunidades que podem aumentar os riscos que sofremos? Temos que pensar também quais os nossos pontos fortes. Com o que contamos na nossa comunidade e nos nossos coletivos para nos ajudar a resistir e a enfrentar as ameaças? Os nossos pontos fortes são as nossas **capacidades**.

### Já sabemos algumas coisas sobre estratégia de segurança

Como o risco faz parte da nossa vida, vamos aprendendo a tomar cuidado e medidas para continuar fazendo nosso trabalho.

É importante discutir uma estratégia de segurança para podemos organizar o que já sabemos, aprender mais e levar essa discussão para mais pessoas, permitindo que nossas companheiras e companheiros possam saber mais.

Conhecer bem e aprender a avaliar bem as ameaças que sofremos, quais nossas vulnerabilidades e capacidades nos ajuda a criar melhores estratégias para o bem-estar de quilombolas que estão na luta por direitos.



## **Os riscos mudam**

Temos que prestar sempre muita atenção aos riscos e analisar. Os riscos vão se transformando. Eles mudam com o passar do tempo, com as mudanças da nossa vida e da vida das nossas comunidades. Cada pessoa, cada movimento, cada coletivo, cada associação quilombola, vai enfrentar riscos diferentes. Um homem não enfrenta os mesmos riscos que uma mulher, por exemplo.

Os riscos também mudam dependendo da região em que está o quilombo, como é a prefeitura ou governo do estado; como são os juízes, o Ministério Público e a Defensoria Pública; quais empreendimentos estão ameaçando o território, quais fazendeiros estão em volta do quilombo, qual o grau de violência policial, se há atividades criminosas invadindo ou pressionando o território, entre outras situações.

Cada pessoa, cada comunidade, vai fazer a sua avaliação sobre os riscos que correm para decidir sobre uma estratégia de segurança que sirva pra sua realidade.

## **Não controlamos as ameaças, mas podemos nos fortalecer**

Todas e todos nós, quilombolas que defendem direitos humanos, podemos trabalhar e desenvolver nossas capacidades e vulnerabilidades para melhor enfrentar as ameaças que sofremos.

Se as ameaças são fortes e podem realmente acontecer; se as vulnerabilidades da liderança, da associação ou da comunidade forem maiores do que as capacidades, o risco enfrentado pela defensora ou pelo defensor quilombola é muito alto. Na nossa estratégia de segurança temos que saber nossas vulnerabilidades e desenvolver nossas capacidades de proteção e segurança para diminuir os riscos.



## IMPORTANTE



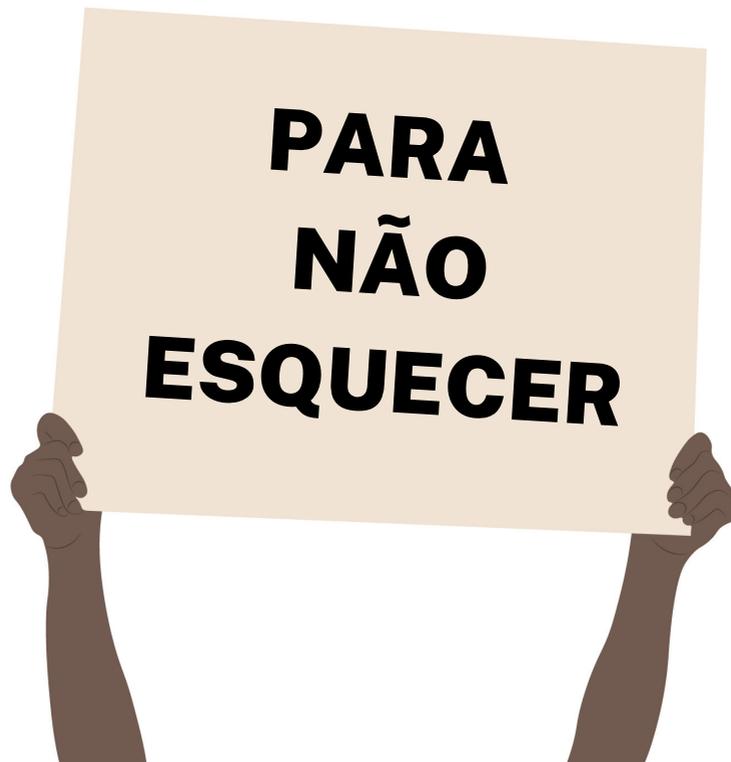
Os problemas de segurança que enfrentamos podem ser de diferentes tipos:  
**Situações comuns:** furtos, roubos, violência do tráfico de drogas ou de outros grupos criminosos que atuam no território, etc.

**Situações acidentais ou não intencionais:** acidentes de trânsito, perda das chave de casa, etc.

**Situações intencionais:** um ataque planejado contra a liderança, que pode envolver agressão, roubo de informações, invasão da casa, ameaças de morte, etc.

**Ameaças diretas:** a liderança quilombola é diretamente pressionada ou atacada

**Ameaças indiretas:** parentes ou pessoas próximas da liderança são pressionadas ou atacadas



**Todas as pessoas que lutam por direitos enfrentam riscos**



**Defensoras e defensores de direitos humanos que estão na luta não estão expostos aos mesmos tipos de risco**



**O risco depende da condição de cada pessoa, do contexto político e da realidade da luta quilombola em cada território**



**A estratégia de segurança é para nos ajudar a continuar trabalhando na defesa dos nossos territórios**



**Para pensar nossa estratégia de segurança temos que ver como está a realidade de cada quilombo, nossos pontos fortes e pontos fracos, para decidir o que precisamos reforçar e o que já temos que pode nos ajudar**

# QUAIS AS ESTRATÉGIAS MAIS BÁSICAS DE SEGURANÇA?

## ACEITAR



Analizamos os riscos, reconhecemos que eles existem, avaliamos sua gravidade e entendemos que conseguimos pensar em estratégias para conviver com ele. Esta é uma decisão que é feita por cada pessoa, com sua família e com a comunidade.

É uma decisão que deve ser bem pensada, vendo a nossa capacidade de resistir, a energia e forças que temos e a força que as pessoas que estão nos ameaçando têm.

A maior parte das nossas lideranças resistem e permanecem na luta, utilizando várias estratégias.

## ESCONDER



Quando entendemos os riscos, também começamos a pensar no que devemos proteger, isto é, que informações, documentos e pessoas devem ser protegidas e não podem ficar muito expostas.

Quando usamos essa estratégia, pensamos quais as informações nossas, da associação, da comunidade precisam ser tratadas com cuidado e segurança.

Repensamos a nossa comunicação, o que devemos ou não devemos expor em público, para não divulgar informação politicamente importante. Ficamos mais reservadas e reservados, avaliando quais são as pessoas da nossa confiança e quando devemos ter cuidado com o que falamos.

Podemos também procurar lugares de refúgio temporário quando uma situação está muito perigosa, entre outras medidas.

## REDUZIR



Quando aceitamos o risco, passamos a pensar na nossa situação e no que podemos fazer. Começamos a pensar em como resistir, tentando reduzir os perigos.

Nessa estratégia, utilizamos tudo o que temos a nosso favor, como as leis que reconhecem nossos direitos e a rede de pessoas que sabemos que estão do nosso lado. Usamos também o poder da nossa espiritualidade e ancestralidade, os laços com as comunidades e nossa capacidade de leitura política para analisar como fazer a luta política.

## ADIAR



Quando usamos essa estratégia, usamos muito a nossa capacidade de leitura política para analisar o contexto e saber se algumas atividades ou trabalho podem ser feitos ou precisam ser adiados por estarmos vivendo algum momento que exige mais cuidado.

Podemos decidir encerrar o trabalho por uns dias, fechar por um tempo a sede da associação ou do nosso coletivo.

Essa estratégia não significa abandonar o trabalho, mas utilizar as ferramentas que temos, discutir com a comunidade, com nossas companheiras e companheiros para planejar bem os melhores momentos para nossas ações.

## ESCAPAR



Essa é a estratégia mais drástica. Ela é tomada quando não há outra alternativa diante da gravidade da situação.

É uma decisão muito difícil de ser tomada por uma liderança quilombola, pois significa deixar tudo. Todos os laços com a família, com o quilombo e com o território, que são a base do bem-viver e do sentido de ser e lutar das lideranças.

# COMPARTILHAR

A estratégia de compartilhar tem vários momentos.

O momento de compartilhar e analisar os riscos e as situações com a nossa comunidade, com as organizações, movimentos e lideranças da nossa confiança.

Compartilhar e denunciar a situação para a nossa rede de parceiros no município e no estado. Acionar quem pode nos ajudar a cobrar das autoridades responsáveis em Brasília.

Compartilhar e se aliar a organizações e autoridades de fora do país que podem apoiar a luta dando visibilidade para os problemas que estamos passando.



## Siglas

INCRA: Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

ONU: Organização das Nações Unidas

CIDH: Comissão Interamericana de Direitos Humanos

# COMO ANALISAR O CONTEXTO E AS RELAÇÕES DE FORÇA QUE INTERFEREM NA NOSSA LUTA?

Para pensar estratégias de segurança é muito importante analisarmos o nosso contexto. Começamos por nos perguntar o quanto o nosso meio está seguro para desenvolver nosso trabalho de luta por direitos.

Quando nos perguntamos sobre como está o nosso meio temos que ampliar o nosso olhar, ver qual a situação política no nosso estado e no nosso município, quem são os nossos aliados e quem são os aliados das pessoas que estão em conflito conosco, quais dinâmicas perigosas existem no território (presença do tráfico de drogas, de grupos criminosos, de pistoleiros e grupos armados). Olhamos também para a situação política do país, como tem agido o governo federal, o governo estadual e as autoridades responsáveis por garantir os nossos direitos. Temos que ver também se há órgãos do Estado e funcionários públicos que estão comprometidos com nossos direitos. Se há funcionários e órgãos do Estado que são hostis conosco, temos que entender quais suas estratégias e em que forças estão se apoiando.



## Principais problemas que enfrentamos nas lutas por direitos:

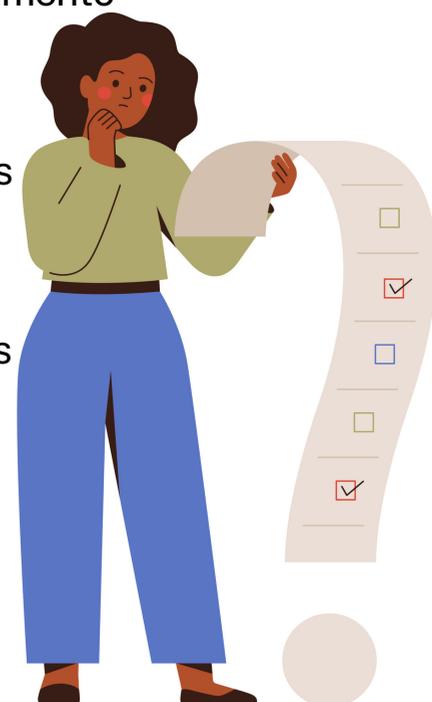
- Insegurança na propriedade das nossas terras devido à omissão, demora e hostilidade do Estado nos processos de titulação;
- Conflitos com as pessoas que têm interesse no nosso território (fazendeiros, latifundiários, empresários, etc.);
- Falta de políticas públicas no território: saúde, educação, alimentação adequada, etc.
- Invasões do território por terceiros com desmatamento e outros crimes ambientais;
- Grilagem das nossas terras, sobreposição de cadastro ambiental rural de terceiros sobre os nossos territórios e vendas irregulares de propriedades particulares dentro dos quilombos;
- Ação de proprietários de terra contra o trabalho sustentável de manejo dos recursos naturais, como, por exemplo, a instalação de cercas elétricas para impedir a coleta do coco babaçu;
- Impactos ambientais da criação de búfalos em campos naturais;
- Contaminação dos territórios e das pessoas da comunidade pelo uso de agrotóxicos em terrenos vizinhos;
- Proibição de circular livremente no território devido aos conflitos e restrições por vizinhos e invasores;
- Dificuldades no acesso ao Programa de Proteção de Pessoas Defensoras de Direitos Humanos e ineficácia das medidas propostas pelo Programa;
- Avanço do tráfico de drogas e do crime organizado sobre nossas comunidades;
- Intolerância e racismo religioso dentro das comunidades;
- Avanço de empreendimentos (mineração, construção de portos e estradas, etc.) e do agronegócio;
- Desrespeito ao direito à consulta prévia livre e informada;
- Incitação de terceiros à violência dentro das comunidades;
- Violência contra a mulher quilombola, incluindo violência doméstica;
- Aumento da violência armada e maior facilidade no acesso a armas para as pessoas que vivem em conflito com os quilombos;
- Falta de oportunidades de trabalho remunerado;
- Dificuldades de desenvolver alternativas de produção sustentável dentro do território;
- Aumento da pobreza e endividamento forçado com confisco dos cartões de benefícios sociais por terceiros (Bolsa Família, aposentadoria, etc.);
- Funcionários públicos da prefeitura, do governo estadual, do governo federal e do sistema de justiça aliados com os interesses de latifundiários, mineradoras, empreiteiros e empresários contra os direitos territoriais quilombolas;
- Racismo institucional em todos os processos que exigem demandar ações do Estado; e
- Violência policial



## Como discutir e analisar o nosso contexto?

Temos que analisar a nossa segurança e os riscos que corremos fazendo perguntas que nos ajudem a encontrar soluções. Alguns exemplos de perguntas que nos ajudam a pensar coletivamente e enfrentar os problemas são:

- Quais são as principais questões em jogo no cenário político que afetam a luta por direitos quilombolas?
- Se virarmos um alvo de ataques e ameaças, como devemos reagir?
- Quem são as pessoas, grupos e autoridades que apoiam quem nos ataca e ameaça?
- Como as autoridades do município, do estado e do governo federal têm agido quando aumentam os conflitos, as ameaças, os ataques e os assassinatos das lideranças quilombolas?
- No meu estado, tem programa de proteção de defensoras e defensores de direitos humanos? Como tem funcionado esse programa?
- Que grupos, coletivos e movimentos têm apoiado as lideranças quilombolas no meu estado e no resto do país, principalmente quando há situações de violência e emergência?
- Que tipo de resposta os órgãos públicos da prefeitura, do estado e do governo federal tem dado aos pedidos do movimento quilombola?
- Como a comunidade tem reagido quando os conflitos aumentam e começam a surgir situações de violência?
- Com quem (mídia, coletivos de comunicação) podemos contar para dar visibilidade às situações que enfrentamos?



## Quem são as pessoas com interesse nos conflitos pelas terras quilombolas?



Quando enfrentamos problemas de segurança e precisamos pensar em estratégias de proteção, é muito importante identificarmos quem são as pessoas que têm poder para interferir na situação.



Temos que identificar as pessoas que podem nos apoiar e também as que podem nos prejudicar. Essa reflexão é feita por cada pessoa, com a comunidade e com pessoas da nossa confiança.

É muito importante também avaliar politicamente até que ponto podemos confiar e contar com as instituições e autoridades do Estado (da prefeitura, do governo estadual, do governo federal, da justiça, da Defensoria Pública e do Ministério Público, vereadoras/es, deputadas/os e senadoras/es). Como o Estado é um dos principais violadores dos direitos quilombolas, precisamos saber quem são as pessoas com quem podemos contar que estão dentro do Estado. Temos ainda que saber quais grupos, coletivos, movimentos sociais e organizações que podem nos ajudar a fazer pressão para que o Estado não se omita e cumpra sua obrigação de proteger as defensoras e defensores quilombolas.

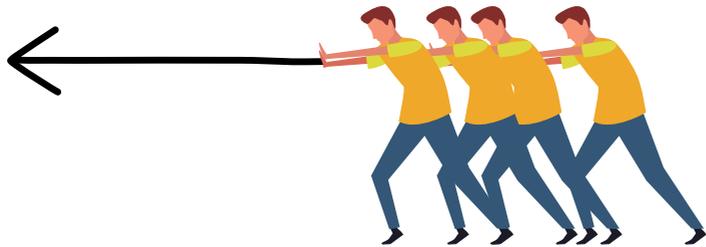
## **Analisando o campo de forças nas lutas por direitos quilombolas**

É importante sabermos bem a realidade do nosso quilombo. Em alguns estados, as lideranças podem contar com pessoas aliadas que estão trabalhando em órgãos importantes (INCRA, secretaria de direitos humanos, secretaria de educação, conselhos, defensorias públicas, ministério público, entre outros). Em outros estados, funcionários públicos podem ser aliados dos interesses de fazendeiros, latifundiários, empresas de mineração, entre outros. Analisando essas relações de força podemos entender melhor como lidar com os problemas de segurança que surgem dos conflitos que enfrentamos.

Quanto mais empurramos para frente o processo de regularização dos nossos territórios, exigindo também políticas públicas para os quilombos, vamos ficando mais expostas e expostos à violência e aos conflitos. Quando o processo de titulação avança nas suas fases (certificação, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, desapropriações, etc.), os conflitos aumentam e surgem problemas de segurança envolvendo as lideranças (ameaças, ataques, assassinatos). Os problemas de segurança são resultados da interferência das forças que têm interesse no nosso território e, por isso, tentam impedir o nosso trabalho de defesa dos direitos quilombolas. É importante aprofundarmos nossas capacidades de entender o contexto e fazer articulação política para resistirmos. As forças que atacam e as forças que apoiam a luta quilombola são diferentes de um lugar para o outro e dependem da realidade vivida em cada quilombo.



**FORÇAS  
CONTRÁRIAS**



Latifundiários  
Fazendeiros  
Políticos  
Empresários  
Juízes  
Promotores de Justiça

**LIDERANÇAS  
QUILOMBOLAS**



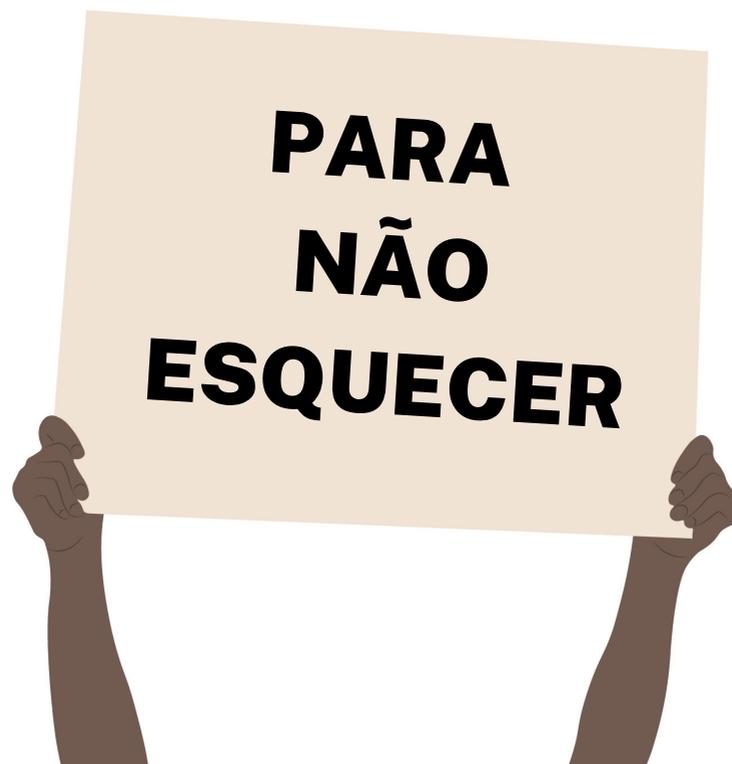
Titulação  
dos territórios  
Acesso a  
políticas públicas

Movimento Quilombola  
Organizações de direitos  
humanos  
Secretarias nos estados e  
municípios  
Defensorias Públicas  
Ministério Público



**FORÇAS APOIADORAS**





**Quando o contexto político muda, os riscos também mudam**



**É importante nos mantermos informadas e informados sobre o contexto, saber quem são as pessoas que têm interesse nos conflitos que envolvem os quilombos e como elas se articulam**



**Devemos conhecer bem como pessoas e instituições se articulam e operam à nossa volta e identificar as forças que são contrárias as nossas lutas e as forças que nos apoiam**



**Quanto mais informações tivermos, podemos decidir melhor, resistir e continuar o nosso trabalho**

# MAPEANDO OS RISCOS

Cada liderança, comunidade ou organização quilombola vai perceber os riscos de forma diferente. Isso é assim porque, como já falamos, a percepção do risco depende da avaliação que se faz do tanto que estamos vulneráveis e se temos, ou não, capacidades e pontos fortes para resistir. É importante, por isso, que sejam feitas sempre análises de risco. É importante fazer a análise de risco porque os riscos são diferentes em cada contexto e para cada pessoa e comunidade. A análise de risco também nos ajuda a entender as ameaças que estamos sofrendo e decidir que medidas de segurança temos que tomar.

## O que devemos discutir numa análise de risco?

Ao fazer uma análise de risco procuramos, primeiro, identificar as situações de perigo pelas quais já passamos e podemos passar: as ameaças que já recebemos, as agressões que já sofremos, acidentes que já tenham ocorrido conosco, na comunidade ou na associação quilombola.

Ao discutir os principais perigos que temos corrido ou podemos correr, procuramos identificar:

1) **Vulnerabilidades:** o que nos enfraquece, nos deixa mais expostas e expostos aos riscos e acabou nos prejudicando.

2) **Capacidades:** o que nos ajuda a resistir, contornar ou escapar das situações de perigo.



## O que devemos nos perguntar para saber quais são nossas vulnerabilidades e capacidades?

### Sobre o nosso território, nossas casas, os espaços em que trabalhamos e o espaço da associação quilombola

1. Nos deslocamentos que fazemos no território, para ir ao trabalho, para fazer atividades na associação, há regiões perigosas? Quais são as áreas onde circulam e ficam as pessoas que estão nos ameaçando?

2. Qual a situação das nossas casas, dos espaços em que trabalhamos e da associação quilombola? Ficam em áreas muito expostas e de fácil acesso? Portas e janelas são seguras? Há muros de proteção ou grades?

3. A associação quilombola e os locais onde trabalhamos são abertos ao público? É fácil para pessoas desconhecidas entrarem nesses locais?

4. Temos bem mapeadas as entradas e saídas do nosso território? Temos mapeados locais seguros em que podemos nos esconder, se necessário? Se precisarmos sair por um tempo e com urgência, conhecemos bem as rotas e caminhos mais rápidos e mais seguros?

5. É fácil para as pessoas que estão nos ameaçando entrarem no território, nos locais em que trabalhamos ou na associação? As pessoas que nos apoiam conhecem meios para chegarem até nós rapidamente?

6. É fácil para nos comunicarmos com as pessoas de fora do território? As pessoas que nos ameaçam conseguiriam nos deixar isoladas e sem comunicação? Temos protocolos e meios de comunicação para acionar pessoas de fora do território numa situação urgente?

### **Sobre as pessoas, grupos, empresas e/ou instituições que estão em conflito conosco por causa da posse do território**

1. As pessoas que estão em conflito conosco têm intimidade com ou acesso a pessoas das nossas famílias ou comunidade e podem abusar da sua confiança?

2. O processo de titulação e as nossas demandas avançaram fazendo com que as pessoas com interesse no nosso território sintam que tenham que nos parar? Há notícias de negócios ou empreendimentos na região que farão aumentar o interesse pelos nossos territórios?

3. Nos trajetos que fazemos no nosso dia-a-dia carregamos informação sensível e importante sobre o território, a comunidade, as organizações quilombolas ou nossas famílias?

### **Sobre nossa relação com a justiça e seus funcionários**

1. Temos acesso a advogados, se enfrentarmos alguma situação judicial? Temos contato de confiança no Ministério Público ou Defensoria Pública? A justiça da nossa região é cúmplice dos interesses de fazendeiros e de outros grupos sobre os nossos territórios?

2. Conseguimos mobilizar pessoas e organizações parceiras para pressionar a justiça, caso esteja enfrentando processos judiciais injustos?

3. A situação da organização ou associação quilombola com quem eu trabalho está regular ou estão enfrentando problemas legais (prestação de contas, regularização da associação, dívidas)?

## **Sobre as informações das violações de direitos humanos e a gestão que fazemos das nossas informações**

1. Conseguimos de forma confiável e segura juntar informações sólidas sobre as situações de violência e violações de direitos que estamos enfrentando?

2. Temos lugares seguros nas nossas casa, nas nossas organizações e no nosso trabalho para guardar documentos sensíveis que possuímos? As informações que temos podem ser facilmente levadas? Os computadores em que deixamos as informações têm segurança? Podem ser extraviados, levados ou hackeados facilmente?

3. Nossa família, nossa comunidade, nossas companheiras e companheiros de trabalho conseguem explicar o que fazemos de forma simples e objetiva? As pessoas com quem trabalhamos ou que estão próximas de nós sabem responder a perguntas sobre nosso trabalho com cuidado e coerência para não repassar informação que nos coloquem em risco?

## **Sobre a nossa comunidade e as outras liderança que fazem a luta conosco**

1. Estamos discutindo coletivamente e com a comunidade os problemas de segurança? Estamos discutindo e tomando decisões coletivas sobre nossa proteção e os cuidados que devemos ter?

2. Estamos atentas e atentos para desenvolver nossas atividades de lazer com segurança (evitar o excesso de álcool, planejar as festividades no territórios para evitar riscos e presença de estranhos, etc.)?

3. Conhecemos bem a situação das pessoas da nossa comunidade? A relação entre as pessoas é de confiança e solidariedade? Temos um bom relacionamento com comunidades vizinhas?

4. A comunidade está alerta e coordenada para as necessidades de proteção das lideranças e de outras pessoas importantes nos casos de violações que a comunidade está enfrentando?

### **Sobre as nossas condições psicológicas e das pessoas que fazem a luta conosco**

1. As lideranças e a comunidade estão unidas e têm confiança no trabalho de lutar pelo território?

2. As pessoas da comunidade e as lideranças estão vivendo situações alta de stress e se mostram abatidas e decepcionadas com o trabalho? Temos discutido cuidado e auto-cuidado com a comunidade e lideranças? As pessoas têm espaço para expressar seus sentimentos sem medo?

### **Sobre os recursos com que podemos contar e pessoas aliadas da nossa luta**

1. Temos acesso à informação relevante sobre o nosso contexto, os principais atores e seus interesses no nosso território? Contamos com pessoas de confiança que nos ajudam a juntar as informações que precisamos?

2. Conseguimos construir planos de ação e de segurança com as nossas comunidades? Conhecemos organizações e pessoas que podem nos apoiar para elaborarmos planos de proteção?

3. Conhecemos informações de fundos que podemos acionar para situações de emergência?

4. Temos contatos em Brasília e fora do Brasil se precisarmos dar visibilidade às situações que estamos enfrentando no território?

5. Temos acesso a pessoas e organizações de comunicação que podem fazer as nossas denúncia mais visíveis?

## Mapa de riscos

Ao agir sobre as ameaças que estamos sofrendo, procuramos reduzir nossas vulnerabilidades e fortalecer nossas capacidades tomando medidas de proteção. Temos que construir o mapa de risco das nossas comunidades com base nas situações concretas que estamos enfrentando. O quadro a seguir dá exemplo de riscos que ameaçam as lideranças quilombolas, vulnerabilidades que podem existir e medidas de proteção que podem ser usadas.

<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<b>Liderança sofre um atentado</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não temos discutido na comunidade nossos problemas de segurança, nem decidido que medidas de proteção temos que adotar em situações de emergência</li><li>• Autoridades policiais da região não são da nossa confiança e atuam em cumplicidade com fazendeiros</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Temos discutido na comunidade nossos problemas de segurança e temos mapeado rotas de fuga mais seguras e contatos de organizações parceiras que podem nos apoiar com fundos para retirada urgente da liderança e de sua família do território</li><li>• Realizamos uma avaliação de risco de todas as lideranças e adotamos protocolos para seu deslocamento, reforço da segurança nas suas casas e regras sobre como fazer as nossas comunicações</li></ul>

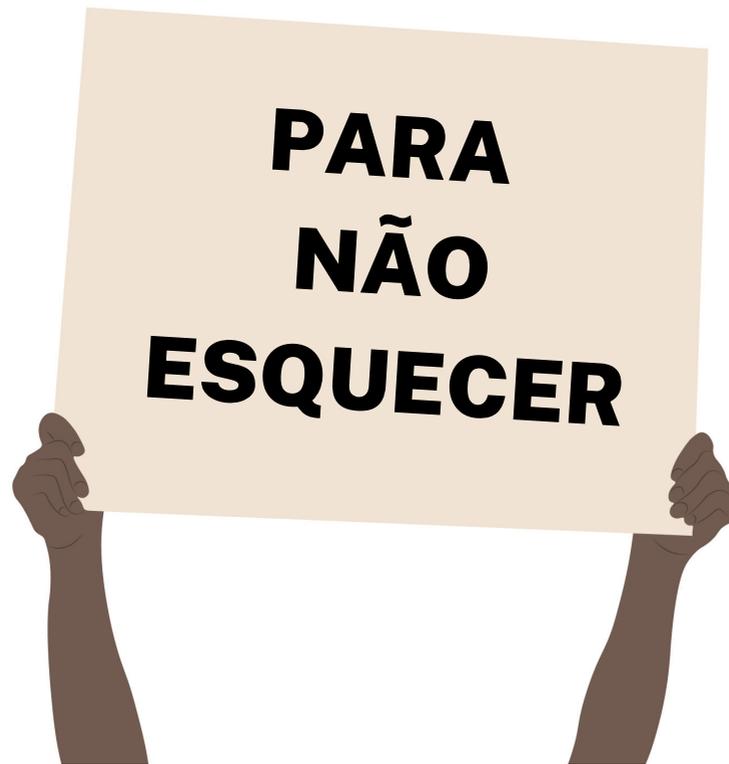
<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<p><b>Liderança e/ou alguém da sua família sofre uma ameaça de morte ou de agressão</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A casa da liderança ameaçada é de fácil acesso, portas e janelas não têm segurança</li> <li>• Todos sabem os horários em que as lideranças estão na associação e no trabalho</li> <li>• Nossas famílias e membros da comunidade não foram orientadas sobre como responder perguntas sobre o trabalho e o paradeiro das lideranças</li> <li>• Não temos mapeados os pontos de entrada e saída do território, nem temos identificadas rotas de fuga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As pessoas da nossa família e da comunidade têm noções de segurança e sabem que não devem dar informações relevantes sobre o trabalho e o dia-a-dia das lideranças, nem deixar que pessoas estranhas entrem nas suas casas</li> <li>• Criamos um comitê encarregado de discutir a segurança, analisar as ameaças e fazer avaliações de risco</li> <li>• Depois de avaliar a gravidade e a probabilidade de as ameaças acontecerem, decidimos montar uma guarda comunitária</li> <li>• Mapeamos o território da comunidade e garantimos que todos conheçam bem as entradas e saídas e pontos de fácil acesso</li> </ul>

<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<p><b>Liderança e/ou alguém da sua família sente que está sendo vigiada</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças usam o mesmo caminho para se locomover dentro dos territórios, de casa para o trabalho e para a associação quilombola</li> <li>• Comunidade está dividida e não se sabe em quem confiar</li> <li>• Comunidades vizinhas são hostis à nossa comunidade quilombola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A família e comunidade aprenderam a identificar situações suspeitas e registrar evidências: placas de carro, características das pessoas, cor dos carros</li> <li>• Conseguimos nos articular com vizinhos da nossa confiança para adotar estratégias para vigiar movimentações suspeitas no território</li> </ul>
<p><b>Comunidade está desmobilizada, desunida e as pessoas desanimadas para a luta por direitos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresários, fazendeiros e outros invasores do território cooptam as pessoas da comunidade com oferta de emprego, dinheiro e outras vantagens</li> <li>• Nossa comunidade não tem conseguido organizar um espaço seguro para que as pessoas possam falar das suas emoções e saber um pouco mais da luta de outros quilombos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conseguimos criar espaços de cuidado e autocuidado e de troca com outras lideranças quilombolas que estão na luta por direitos</li> <li>• Desenvolvemos atividades de fortalecimento das lideranças e da organização coletiva: guardas comunitárias, ações de retomada, estratégias de ocupação produtiva do território</li> <li>• Organizamos espaços para valorização da nossa espiritualidade e da nossa cultura</li> </ul>

<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<p><b>Lideranças e/ou membros da comunidade sofrem violência policial no território ou em manifestações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não temos nenhum protocolo sobre como agir antes, durante e depois das manifestações</li> <li>• Membros da comunidade têm pouco conhecimento sobre como devem agir em casa de abordagem policial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conseguimos mobilizar organizações aliadas para ajudar a denunciar violações e violência policial e organizar missões ao território</li> <li>• Conseguimos organizar formações para as pessoas da comunidade aprenderem como reagir nas abordagens policiais e como reunir, de forma segura, provas da violência policial</li> <li>• Elaboramos um protocolo de segurança para manifestações: criando grupos responsáveis pela segurança do coletivo, organizando a chegada e saída das pessoas da nossa comunidade, estudando antes o local para conhecer por onde dispersar diante de uma emergência, reunindo contatos de advogadas e advogadas para acionar, se houver detenção de pessoas da comunidade</li> </ul>

<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<p><b>Casa, trabalho da liderança e/ou associação quilombola são invadidos e documentos importantes são levados</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não fizemos ainda avaliação para saber que informação sensível manejamos e como guardar de forma segura informações e documentos importantes</li> <li>• Não temos lugares seguros em casa, no trabalho ou na organização para guardarmos os documentos importantes</li> <li>• Não dialogamos ainda com as nossas famílias sobre segurança, como guardar os documentos importantes e que protocolos estamos seguindo para proteção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criamos um protocolo para guardar em lugares seguros documentos e informações importantes</li> <li>• Conversamos sobre segurança com a nossa família e criamos algumas regras sobre segurança com as chaves, conhecer a rotina e os deslocamentos de todas as pessoas da família</li> <li>• Fizemos uma análise de segurança e decidimos reforçar a segurança para entrar e sair da associação quilombola, criamos também regras sobre cuidados com as informações que postamos nas redes sociais</li> <li>• Decidimos proibir que sejam levados documentos importantes da associação ou do trabalho para casa e ter cópia de segurança dos documentos mais importantes</li> </ul>

<b>EXEMPLOS DE RISCOS</b> 	<b>EXEMPLOS DE VULNERABILIDADES</b> 	<b>EXEMPLOS DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO</b> 
<p><b>Liderança e/ou membros da comunidade sofre com processos judiciais, como situações de despejo ou criminalização</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O sistema judicial da região é hostil aos direitos quilombolas, comunidade</li> <li>• Não temos acesso a advogadas e advogados</li> <li>• Não é possível confiar na Defensoria Pública e/ou no Ministério Público que atua na nossa região</li> <li>• Não temos contatos de organizações que podem ajudar a pressionar a justiça na nossa região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conseguimos aulas e cursos para que as pessoas da comunidade aprendam mais sobre seus direitos e saibam como agir diante de prisões arbitrárias</li> <li>• Conseguimos o apoio de advogadas e advogados e estabelecemos uma estratégia de reação para os casos de criminalização, despejo acompanhamento dos processos</li> <li>• Fortalecemos ainda mais a liderança coletiva, de várias pessoas da comunidade, para evitar que uma só pessoa fique mais exposta e vire alvo dos processos de criminalização</li> <li>• Organizamos momentos para discutir coletivamente os casos que estão na justiça para traçarmos a estratégias políticas de pressão sobre a justiça</li> </ul>



**Quando analisamos os riscos e nossas vulnerabilidades, é muito importante identificar as práticas de segurança que já existem nas nossas comunidades e fortalecer nossas medidas de proteção comunitárias**



**Para a proteção das lideranças, temos que fortalecer a unidade e a força das nossas comunidades**



**Temos que organizar espaços para que a comunidade possa se encontrar, se organizar e decidir coletivamente sobre sua segurança**



**Nossa luta é fazer com que as denúncias das nossas comunidades sejam ouvidas no resto do país e fora do país, melhorar os canais de comunicação e reforçar parcerias para que as pessoas da comunidade possam denunciar ataques e ameaças sem correr riscos**

# ANALISANDO AS AMEAÇAS

Quando recebemos uma ameaça, o objetivo é parar nossa luta por direitos. Mas nem todas as pessoas que nos ameaçam tem condições e recursos para cumprir a ameaça que nos fazem. Temos que então desenvolver nossa capacidade de analisar as ameaças e saber ler se elas têm ou não probabilidade de acontecer.

As ameaças podem ser analisadas em 5 passos:

## 1. Descreva os fatos



Temos que saber exatamente que ameaça foi feita e como foi feita para que cheguemos a conclusões erradas sobre a gravidade da ameaças e se ela pode mesmo acontecer.

Temos que nos perguntar: Quais são os fatos? Como a ameaça foi feita? Que termos foram usados quando a ameaça foi feita?

## 2. Identifique padrões



É importante saber se há um padrão nas ameaças. Aconteceu algo diferente antes de a ameaça ter sido feita? É a primeira ameaça? Você já tinha recebido outras ameaças ou vivido outras situações de perigo? Você notou se as ameaças ou situações de perigo ocorreram em algum momento ou após alguma atividade? Outra comunidade quilombola, liderança ou organização também foi ameaçada?



### 3. Entenda os objetivos de quem ameaça



É importante tentar entender o que o potencial agressor quer que se faça (ou não se faça). A ameaça tem sempre um objetivo, geralmente, parar a ação da liderança quilombola. Entender o objetivo da ameaça pode ajudar a identificar quem é o agressor. Na ameaça, dá pra entender o que o agressor quer? Que ações você está realizando como defensora ou defensor de direitos humanos? Você estava trabalhando em algum caso específico quando recebeu a ameaça?

### 4. Entenda quem é o agressor

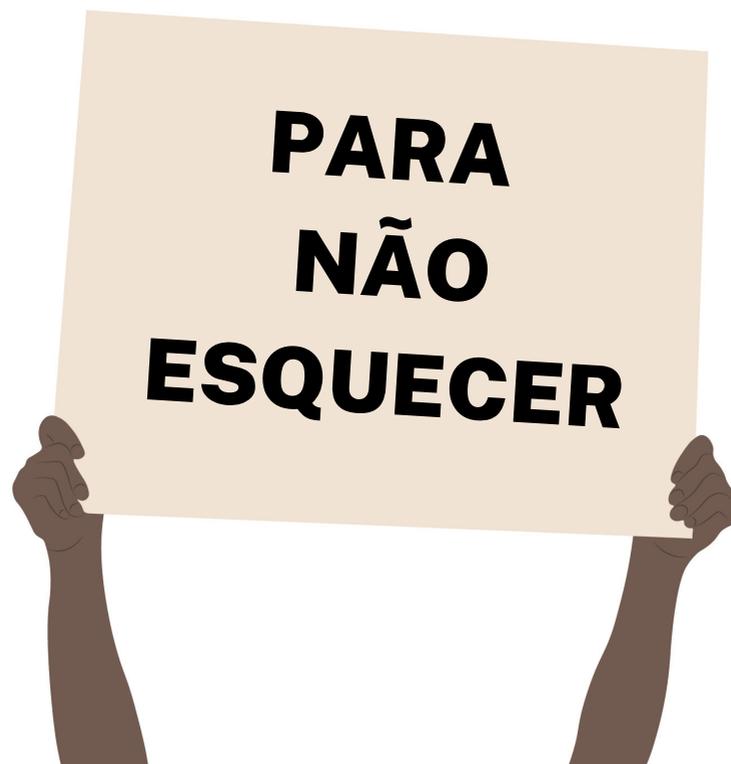


Tente definir quem fez a ameaça. Saber de onde vem a ameaça é algo difícil, muitas vezes quem entrega a mensagem não é a pessoa que está de fato ameaçando. Determinar quem é o autor da ameaça ajuda a avaliar quanto de recursos e condições essa pessoa tem para fazer cumprir a ameaça. Se houver várias pessoas possíveis de serem as autoras, é importante analisar as condições de todos os possíveis agressores e pensar em medidas em relação aquele que têm mais condições de fazer cumprir a ameaça.

### 5. Avalie se é possível que a ameaça seja mesma cumprida



É importante analisar se a ameaça pode ser mesmo executada, para definir uma estratégia de segurança. Se você tiver dúvida, o melhor é tomar medidas de segurança como se a ameaça fosse se cumprir.



Quando estamos diante de uma ameaça é importante considerarmos as seguintes estratégias políticas:

- Tentar mostrar que há um alto o custo político se as ameaças forem realizadas, divulgando amplamente os acontecimento e procurando reações de autoridades e organizações parceiras;
- Reforçar a impressão de que os agressores podem ser descobertos e punidos;
- Trabalhar no território a ideia de que atacar uma pessoa que defende direitos humanos tem um custo político alto;
- Pressionar o Estado sobre as obrigações de proteger os direitos humanos e defensoras e defensores de direitos humanos; e
- Estabelecer uma rede de contatos de proteção com autoridades, movimentos e outras organizações que possam ser acionadas para ajudar a reagir à ameaça.



## **IMPORTANTE**



É importante denunciar as ameaças recebidas. Denunciar é uma maneira de tornar as violações que estão acontecendo em algo público e chamar o Estado para o problema. Quando denunciemos, estamos dizendo que o Estado tem obrigação de olhar para a situação e fazer alguma coisa pela segurança das lideranças.

É muito importante fazer o Boletim de Ocorrência das ameaças nas delegacias e mobilizar defensoras e defensores públicos, promotoras e promotores de justiça da região e membros de outras instituições importantes.

Se não se sentir segura/o, não faça a denúncia sozinha/o, peça o apoio de movimentos, organizações parceiras, advogadas e advogados populares e outras/os aliadas/os que possam acompanhar você até a delegacia e a outras instituições para fazer as denúncias.

# REGISTRANDO OS INCIDENTES DE SEGURANÇA

O incidente de segurança é qualquer fato que achamos que pode afetar nossa segurança pessoa ou coletiva.

É muito importante que os incidentes de segurança sejam registrados e analisados porque eles indicam se a situação da nossa segurança é mais ou menos grave. Ao analisar os incidentes de segurança vamos juntando informações sobre o impacto dos problemas de segurança no nosso trabalho e podemos decidir melhor sobre que estratégias de segurança adotar. Quando os incidentes acontecem, temos que analisá-los para ir adaptando nossas estratégias de segurança, evitando locais perigosos ou tendo mais cuidado em relação a determinadas pessoas, por exemplo.

Diante dos incidentes de segurança, devemos:

## 1. Registrar



Devemos anotar fatos e informações relevantes sobre o problema de segurança que tivemos. Isso nos dará informações para vermos com que frequência temos problemas de segurança, qual a gravidade desses problema e se eles se repetem.

## 2. Compartilhar



Devemos informar nossos parceiros de confiança e as pessoas da comunidade sobre o que aconteceu.

### 3. Analisar



Devemos ver se os problemas estão se repetindo, se eles acontecem porque estamos desenvolvendo alguma ação específica e se devemos tomar alguma atitude diante desses problemas.

### 4. Reagir



Devemos tomar as ações necessárias para lidar com o incidente. Dependendo de quantas vezes temos problemas de segurança e se eles são ou não muito graves, podemos tomar ações diferentes. Podemos começar a ter mais cuidado com alguma situação ou até mudar a forma como fazemos certas coisas, por segurança.



## **IMPORTANTE**



Um registro de incidente deve conter, para cada incidente, as seguintes informações:

- **O que aconteceu?**
- **Quando aconteceu?**
- **Onde aconteceu?**
- **Vítima (quem foi envolvido/a?)**
- **Autor (quem provavelmente é o responsável?)**
- **Atividade relacionada (por que aqui, agora e com essa pessoa?**
- **alguma atividade específica que fizemos gerou esse incidente?)**
- **Origem (é uma ameaça direta, indireta, alguma acidente ou outro tipo de situação?)**
- **Seguimento (o que vamos fazer com isso?)**

# ELABORANDO PROTOCOLOS DE SEGURANÇA

Protocolos de segurança são algumas regras sobre como devemos nos comportar que definimos e acordamos com a comunidade, pensando na proteção de todas as pessoas. A seguir os principais passos para elaborar um protocolo de segurança:

- Identificar o contexto, principais atores com interesse nos territórios quilombolas e parceiros da luta quilombola
- Determinar quais os principais riscos sofridos pela comunidade e discutir os incidentes de segurança que a comunidade e as lideranças tem sofrido
- Identificar os riscos mais graves e o menos graves
- Discutir as práticas de proteção já existentes na comunidade e definir as estratégias de proteção comunitárias
- Estabelecer acordos com a comunidade sobre as práticas espirituais e tradicionais de proteção
- Identificar e fazer uma lista dos contatos dos órgãos e funcionários do Estado que têm obrigação de proteger as lideranças quilombolas
- Identificar quem são e estabelecer uma estratégia com as pessoas aliadas que estão nos órgãos do Estado e as pessoas aliadas em outras organizações e movimentos para pressionar o Estado para cumprir a obrigação de proteger as lideranças quilombolas
- Discutir e acordar com a comunidade protocolos de reação em situações de emergência: se o território for invadido, se houver confrontos diretos com fazendeiros, se houver ameaças de morte ou ameaça de as lideranças serem criminalizadas, etc.

# ALGUMAS DICAS BÁSICAS DE SEGURANÇA



As pessoas da casa e da comunidade devem ser orientadas a não dar detalhes do dia-a-dia, do trabalho e das atividades políticas das lideranças ou qualquer tipo de informação importante sobre elas. Não dar números de telefone, nem dizer onde estão pessoas da família da liderança. Manter sempre a discrição e não passar nenhuma informação importante para estranhos.



Não levar informações importantes do trabalho, da associação, sobre o quilombo ou sobre atividades políticas para casa.



Saber que tipo de informação fica guardada nos computadores de casa e do trabalho. Garantir que o computador esteja seguro com programa antivírus, anti-malware, etc.



Fazer acordos com a família e com a comunidade para que todas as pessoas conheçam regras sobre serem discretas na internet e evitar publicar informações que facilitem saber o que as lideranças fazem, onde estão, como é o seu dia-a-dia, etc.



Evitar a entrada de pessoas desconhecidas em casa, no trabalho e na associação. Se tiver atendimento ao público no trabalho ou na associação, criar um livro de registros para saber quem entra e quem sai.



Preparar as pessoas de casa para prestarem atenção em situações suspeitas e, quando possível, recolher evidências: anotar placas de carros suspeitos, a cor dos carros, características das pessoas suspeitas.



Desenvolver com a comunidade, a família, vizinhas e vizinhos parceiros técnicas básicas de vigilância e usá-las quando estiver se deslocando: prestar atenção às sua volta, pessoas com quem cruza pelo caminho, pessoas que estejam sempre passando pela comunidade, etc.



Ter sempre muita atenção no caminho que faz ao sair da comunidade, ao ir para o trabalho. Verificar sempre o retorno, pessoas desconhecidas com quem nunca cruzou. Se encontrar a mesma pessoa várias vezes, ela pode estar te seguindo.



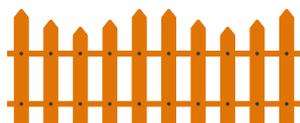
Ter sempre em casa, na associação e no trabalho uma lista de pessoas que devem ser contatadas numa emergência, compartilhar esses números com pessoas da família e outras pessoas mais próximas. Todas as pessoas mais próximas devem saber quem são as pessoas próximas de confiança a quem podem pedir ajuda numa emergência. Estabelecer com a família e com a comunidade um plano de como agir em emergências.



Combinar com a família e com a comunidade como devem agir e se comportar diante de comportamentos suspeitos, ou quando as lideranças tiverem ameaçadas. Informar sua família se tiver seguindo alguns procedimentos de seguranças



Conhecer os horários e as atividades das pessoas da família e das outras lideranças com quem trabalha. Ensinar a todas as pessoas a informarem quando saírem e que chegaram bem.



Rever a segurança da casa e da associação: fechaduras, muros, cercas e grades



Ter um rota de saída de casa e da comunidade, em caso de ataque. Preparar um quarto mais seguro, onde possa se refugiar, caso haja um ataque.



Estudar e conhecer bem os caminhos dentro da comunidade e do entorno, mapear as zonas perigosas, as áreas de fácil acesso, conhecer bem quem está na vizinhança. Assegurar que a família e outras lideranças com quem trabalha também conheçam bem o mapa da comunidade e do entorno onde vive e trabalha. Conhecer bem os meios de transporte, horários dos ônibus que passam na comunidade, quem são os motoristas, etc.

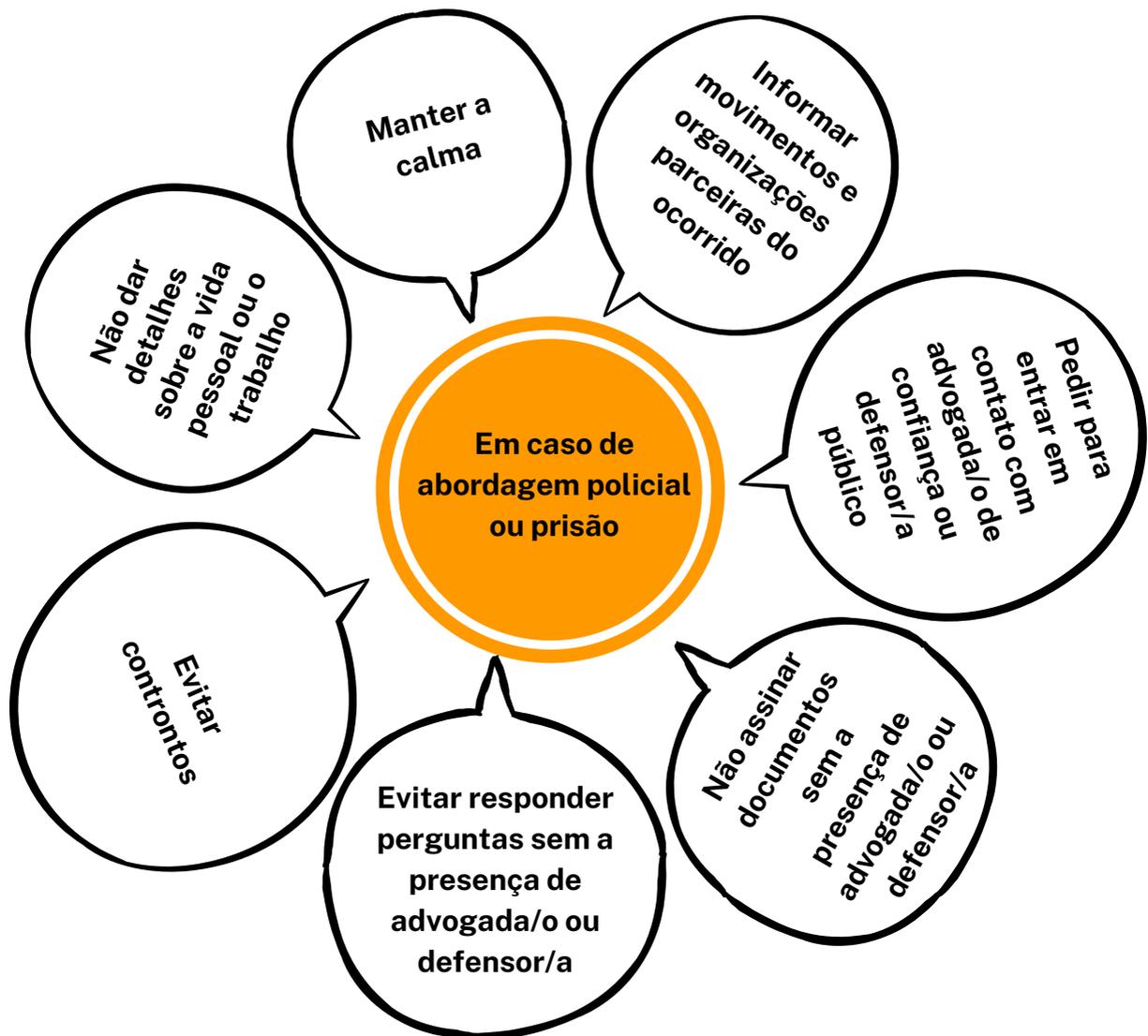


Se estiver sob ameaça, não andar sozinha/o e evitar fazer sempre o mesmo caminho, quando se deslocar.



Se estiver sob ameaça, manter a atenção e o cuidado nas festividades e atividades de lazer. Lembrar que o consumo excessivo de álcool pode afetar a atenção e a capacidade de reação às situações. Prestar atenção nos deslocamentos e evitar proximidade com pessoas desconhecidas.

## Em caso de abordagem policial ou prisão:



## Em caso de ameaça:



